



EDITAL

N.º de Registo	13039	Data	12/11/2017	Processo	2017/150.10.701/23
----------------	-------	------	------------	----------	--------------------

FERNANDA MARIA PEREIRA ASSEICEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Alcanena:

Faz saber, em cumprimento do determinado no art.º 35.º, n.º1, alínea t), conjugado com o art.º 56º., ambos do anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, que se resumem no seguinte as deliberações tomadas por este Órgão Executivo, na reunião ordinária n.º 19 de 20 de outubro do corrente ano, destinadas a ter eficácia externa:

- **Aprovado** o Voto de Solidariedade e Pesar para com os Municípios e as Populações Vítimas dos Incêndios do passado dia quinze de outubro, seguindo-se de um minuto de silêncio.

- **Aprovado** que as reuniões ordinárias do Órgão Executivo se realizem nas primeiras e terceiras segundas-feiras de cada mês, pelas quinze horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município. A alteração de dia, hora ou local, propostos, são decididos pela Câmara Municipal.

Caso o dia da reunião coincida com feriado, realizar-se-á, no dia útil seguinte, de acordo com o constante no Regimento da Câmara Municipal de Alcanena.

A elaboração da Ordem do Dia é da responsabilidade da Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, sendo que os Senhores Vereadores poderão apresentar assuntos para inclusão na mesma, nos termos da lei, isto é, desde que sejam da competência do Órgão Executivo e o pedido seja apresentado por escrito, com antecedência mínima de cinco dias úteis, sobre a data das reuniões ordinárias e de oito dias úteis sobre a das reuniões extraordinárias, de acordo com o disposto no número um do artigo quinquagésimo terceiro do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

Designada Filomena Isabel Gabriel Henriques, Técnica Superior, para secretariar as reuniões do Órgão Executivo, sendo esta substituída, nas suas faltas e impedimentos, por Patrícia Isabel dos Santos Pires Salvado, e esta por Rosa Maria Calado Correia.

- **Tomado conhecimento** do Despacho de Designação de Vereadora em Regime de Tempo Inteiro.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- **Tomado conhecimento** do Despacho de Designação de Vice-Presidente de Câmara.

- **Autorizado** o regime de exercício de funções correspondentes a mais dois Vereadores a Tempo Inteiro, alargando-se, por esta via excecional, o seu número para três Vereadores a Tempo Inteiro, considerando que, por Despacho número onze mil setecentos e onze, de dezasseis de outubro, foi designada a Tempo Inteiro a Vereadora Maria João Martins Antunes Gomez.
Nomeados Luís Miguel Martins Pires e Hugo André Silva Ferreira Santarém como Vereadores a Tempo Inteiro, nos termos do disposto no número dois, do artigo quinquagésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro e ulteriores alterações.

- **Tomado conhecimento** do Despacho de Constituição do Gabinete de Apoio Pessoal à Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Senhora Presidente de Câmara – Nomeação de Adjunto e Secretária.

- **Aprovada** a proposta de Regimento da Câmara Municipal de Alcanena para o mandato de dois mil e dezassete-dois mil e vinte e um.
Mais foi deliberado, caso assim o entendam, que sejam apresentadas propostas de alteração pelos restantes elementos do executivo, por escrito, até ao próximo dia três de novembro, inclusive, para deliberação na reunião do dia vinte de novembro.

- **Delegar** na Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, com aplicação imediata e com a faculdade de subdelegação em qualquer dos Senhores Vereadores, por decisão e escolha da Excelentíssima Senhora Presidente, tudo nos termos do artigo trigésimo quarto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro e, ainda, nos termos dos artigos contidos na Secção Quarta do Código do Procedimento Administrativo, as suas competências previstas no artigo trigésimo terceiro, da supra referida Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e que a seguir se discriminam:
 - Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;- conforme alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta quinto/dois mil e treze, de doze de setembro;
 - Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba; - conforme alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até mil vezes a RMMG;- conforme alínea g), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;
- Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da Assembleia Municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções; - conforme alínea h), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;
- Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei; - conforme alínea l), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;
- Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;- conforme alínea q), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;
- Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central; conforme alínea r), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;
- Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal; conforme alínea t), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;
- Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal; conforme alínea v), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;
- Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas conforme alínea w), do número um, do artigo trigésimo terceiro da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos conforme alínea x), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;
- Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos; conforme alínea y), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro; - Executar as obras, por administração direta ou empreitada; conforme alínea bb), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;
- Alienar bens móveis; conforme alínea cc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;
- Proceder à aquisição e locação de bens e serviços; conforme alínea dd), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro; - Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal; conforme alínea ee), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro; - Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal; conforme alínea ff), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro; - Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares; conforme alínea gg), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro; - Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos; conforme alínea ii), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;
- Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos; conforme alínea jj), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;
- Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura; conforme alínea kk), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro; - Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central; conforme alínea ll), do

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;

– Designar os representantes do município nos conselhos locais; conforme alínea mm), do número um, do artigo trigésimo terceiro da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;

- Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central; conforme alínea nn), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;

- Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados; conforme alínea pp), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;

- Administrar o domínio público municipal; conforme alínea qq), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro; - Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos; conforme alínea rr), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;

- Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia; conforme alínea ss), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro; - Estabelecer as regras de numeração dos edifícios; conforme alínea tt), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro; - Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município; conforme alínea uu), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;

- Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município; conforme alínea ww), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;

- Deliberar, no prazo máximo de trinta dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados; conforme alínea xx), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;

- Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição; conforme alínea yy), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;

- Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município; conforme alínea zz), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro; -

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado; conforme alínea bbb), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;

- Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal; conforme alínea b), do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro;

- Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros conforme alínea c), do artigo trigésimo nono, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

- **Delegar** na Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, com apoio legal no disposto no artigo trigésimo terceiro da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e, bem assim, na Secção Quatro, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e dois/noventa e um, de quinze de novembro, republicado em anexo ao Decreto-Lei número seis/noventa e seis, de trinta e um de janeiro, com aplicação imediata, e com faculdade de subdelegação nos Senhores Vereadores, por escolha da Excelentíssima Senhora Presidente, as seguintes competências, em matéria de acesso e organização do Mercado de atividade de transportes em táxi:

- Atribuição das respetivas licenças (artigo décimo segundo);

- Fixação dos contingentes relativamente aos números de táxis (artigo décimo terceiro; -

Abertura de concurso público para atribuição das licenças (artigo décimo quarto); -

Fixação do regime de estacionamento (artigo décimo sexto), encontra-se já fixado no regulamento;

- Reconhecimento de abandono do exercício da atividade (artigo décimo oitavo); -

Licenciamento de táxis para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida (artigo vigésimo segundo);

- Instauração e processamento das contraordenações previstas no número dois, do artigo trigésimo e comunicações de infrações à Direção Geral de Transportes Terrestres (artigo vigésimo sétimo);

- Comunicações à Direção Geral dos Transportes Terrestres (artigo trigésimo sexto-A).

- **Aprovada**, ao abrigo das disposições combinadas previstas sobre a matéria, respetivamente, no Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, na sua atual redação, e nos artigos quadragésimo quarto e quadragésimo sétimo do Código do Procedimento Administrativo, a delegação na sua Presidente, com faculdade de subdelegação nos Vereadores e com aplicação imediata, das seguintes competências em matéria de gestão urbanística:

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- a) Concessão de licenças administrativas como forma de controlo prévio para as operações urbanísticas previstas no número dois do artigo quarto e por aplicação combinada com o disposto no número um do artigo quinto do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, na sua atual redação;
- b) Aprovar os pedidos de informação prévia para as operações urbanísticas previstas no número dois do artigo quarto, e por aplicação combinada com o disposto no número quarto do artigo quinto do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, na sua atual redação;
- c) Processos de licenciamento e pedidos de informação prévia em curso;
- d) Competência prevista no número, do artigo centésimo décimo sétimo do De Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, na sua atual redação no Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze, de nove de setembro.

- **Aprovada**, a delegação na sua Presidente, com faculdade de subdelegação nos Vereadores ou Dirigentes e com aplicação imediata, das seguintes competências:

- Determinar a certificação sobre os pedidos de pareceres favoráveis para a celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos, entre vivos, de que resulte, ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos;- Promover a respetiva declaração judicial com vista à nulidade dos atos ou negócios jurídicos praticados em violação do disposto no número do referido artigo quinquagésimo quarto, da Lei número noventa e um/noventa e cinco, de dois de setembro, na sua atual redação.

- Ao abrigo do disposto no artigo trigésimo quarto, da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e em particular do disposto também no número um, do artigo terceiro, do Decreto-Lei número trezentos e dez/dois mil e dois, de dezoito de setembro, e artigo quinto do Decreto-Lei número duzentos e sessenta e quatro/dois mil e dois, de vinte e cinco de novembro, e tendo em conta ainda o disposto nos artigos contidos na Secção Quarta, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e dois/mil novecentos e noventa e um, de quinze de novembro, republicado em anexo ao Decreto-Lei número seis/noventa e seis, de trinta e um de janeiro, a Câmara deliberou delegar na Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, com faculdade de Subdelegação nos Senhores Vereadores, e com efeitos imediatos, as seguintes competências, relativamente a cada uma das atividades que também se indicam:

- a) Realização de acampamentos ocasionais (artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei trezentos e dez/dois mil e dez, republicado em anexo ao Decreto-Lei número duzentos e quatro/dois mil e doze, de vinte e nove de agosto), e, bem assim, para proceder à sua revogação;

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



b) Atribuição de Licença de exploração e sua renovação para máquinas de diversão, (artigo décimo nono, do Decreto-Lei trezentos e dez/dois mil e dois, republicado em anexo ao Decreto-Lei número duzentos e quatro/dois mil e doze, de vinte e nove de agosto), e, bem assim, para recusa de concessão ou para a renovação da licença prevista no número três do mesmo artigo. Que delegue, também, a decisão a tomar sobre a transferência de máquinas para local diferente do constante da licença de exploração, nos termos do número quatro, do artigo quadragésimo quinto, do Regulamento respetivo, quando haja que indeferir a pretensão, por afetar qualquer dos interesses a proteger.

Que delegue, ainda, a competência prevista no artigo vigésimo sétimo, para ordenar a fiscalização da observância do disposto no Diploma referido e, bem assim, para determinar a instauração dos processos contraordenacionais;

c) Atribuição de Licença para o exercício da atividade de agências de venda de bilhetes para espetáculos públicos (artigo trigésimo quinto, do Decreto-Lei trezentos e dez/dois mil e dois, republicado em anexo ao Decreto-Lei número duzentos e quatro/dois mil e doze, de vinte e nove de agosto);

d) Atribuição de Licença para o exercício de atividade de fogueiras de Natal e dos Santos Populares, nos termos do número dois, do artigo trigésimo nono, do referido diploma legal; e) Instrução dos processos contraordenacionais correlacionados com todas as atividades previstas no retro citado diploma legal, (artigo quinquagésimo, do Decreto-Lei trezentos e dez/dois mil e dois, republicado em anexo ao Decreto-Lei número duzentos e quatro/dois mil e doze, de vinte e nove de agosto);

g) A competência prevista no artigo quinquagésimo primeiro, do citado Diploma, no que respeita à revogação das licenças concedidas, nos termos do Diploma que vimos referindo, com fundamento na infração das regras estabelecidas e na inaptidão do seu titular para o respetivo exercício.

h) A competência para ordenar a fiscalização, quanto ao cumprimento do disposto no Diploma trezentos e dez/dois mil e dois, republicado em anexo ao Decreto-Lei número duzentos e quatro/dois mil e doze, de vinte e nove de agosto.

- **Aprovada**, ao abrigo das disposições combinadas previstas sobre a matéria, respetivamente, no artigo décimo quinto do Regulamento Geral do Ruído republicado em anexo à Lei número nove/dois mil e sete, de dezassete de janeiro e ulteriores alterações, número um, do artigo trigésimo quarto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e no artigo quadragésimo quarto e artigo quadragésimo sétimo do Código do Procedimento Administrativo, delegação de competências na Presidente da Câmara, com faculdade de subdelegação nos Vereadores e com aplicação imediata a seguinte competência:

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Conceder licenças especiais de ruído, nos termos, e para os efeitos, previstos no artigo décimo quinto, do Regime Legal sobre a Poluição Sonora, com exceção das atividades ruidosas de carácter temporário.

- **Aprovada**, ao abrigo das disposições combinadas previstas sobre a matéria, respetivamente, nos artigos terceiro e nono do Decreto-Regulamentar número dois-A/dois mil e cinco, de vinte e quatro de março, no artigo nono do Decreto-Lei número quarenta e quatro/dois mil e cinco, de vinte e três de fevereiro, no número um do artigo trigésimo quarto da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e no artigo quadragésimo quarto e artigo quadragésimo sétimo do Código do Procedimento Administrativo, delegação de competências, na Presidente da Câmara, com faculdade de subdelegação nos Vereadores e com aplicação imediata a seguinte competência:

- Autorizar a realização na via pública de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, desde que os pedidos se encontrem acompanhados de toda a documentação necessária, prevista no Decreto-Regulamentar número dois-A/dois mil e cinco, de vinte e quatro de março.

- **Tomado conhecimento** do Despacho de Designação de Oficial Público.

- **Tomado conhecimento** do Despacho de Movimentação de contas Bancárias.

- **Ratificado** o despacho referência onze mil trezentos e noventa e nove/dois mil e dezassete, no qual foi autorizada a interrupção e o condicionamento de trânsito em parte da parte da Rua Calouste Gulbenkian, desde o cruzamento com a Rua Dr. José Vasques Tenreiro até ao cruzamento com a Rua Bento de Jesus Caraça e parte da Rua António Augusto Louro desde o cruzamento com a Rua Calouste Gulbenkian até ao portão lateral de acesso ao Estádio Municipal, por ocasião dos Festejos de Cinco de Outubro, entre trinta de setembro e dez de outubro, organizado pela Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, desde que cumprido o Decreto-Regulamentar número dois-A/dois mil e cinco, de vinte e quatro de março.

- **Ratificada** listagem de Faltas, Férias e Declarações de horas Extras realizadas a deduzir no período normal de trabalho – atos, decisões e autorizações tomadas em período de gestão para ratificação em Reunião de Câmara.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- **Ratificadas** as autorizações Autorização da realização de despesas efetuadas através da autorização de Requisições Internas e respetivas Requisições Externas e Autorização de pagamentos, através de RAP - relações de autorizações de pagamentos, efetuado no período de um a quinze de outubro de dois mil e dezassete, ao abrigo do número dois do artigo terceiro da Lei número quarenta e sete/dois mil e cinco, de vinte e nove de agosto.
- **Tomado conhecimento** da Alteração número quarenta e dois ao Orçamento e número trinta e seis às Grandes Opções do Plano.
- **Tomado conhecimento** da Alteração número quarenta e três ao Orçamento e número trinta e sete às Grandes Opções do Plano.
- **Tomado conhecimento** da Alteração número quarenta e quatro ao Orçamento e número trigésimo oitavo às Atividades Mais Relevantes.
- **Tomado conhecimento** da Alteração número quarenta e cinco ao Orçamento e número trinta e nove às Grandes Opções do Plano.
- **Tomado conhecimento** da Alteração número quarenta e seis ao Orçamento e número quarenta ao Plano Plurianual de Investimentos.
- **Tomado conhecimento** da Alteração número quarenta e sete ao Orçamento número quarenta e um às Atividades Mais Relevantes.
- **Tomado conhecimento** da Alteração número quarenta e oito ao Orçamento e número quarenta e dois às Grandes Opções do Plano.
- **Tomado conhecimento** da Alteração número quarenta e nove ao Orçamento e número quarenta e três às Grandes Opções do Plano.
- **Tomado conhecimento** da Alteração número cinquenta ao Orçamento e número quarenta e quatro às Atividades Mais Relevantes.
- **Tomado conhecimento** da Alteração número cinquenta e um ao Orçamento e número quarenta e cinco às Atividades Mais Relevantes.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- **Tomado conhecimento** da Autorização para realização de despesas correspondentes ao total dos documentos cabimentados no período de oito a trinta de setembro de dois mil e dezassete, no valor global de trezentos mil quatrocentos e quarenta e três euros e setenta e oito cêntimos.
- **Ratificados** os procedimentos tomados de Autorização para realização de despesas correspondentes ao total dos documentos cabimentados no período de dois a treze de outubro de dois mil e dezassete, no valor global de três mil quatrocentos e doze euros e quarenta e seis cêntimos.
- **Tomado conhecimento** da Relação dos compromissos efetuados no período no período de oito a trinta de setembro, no valor global de cento e trinta e nove mil novecentos e seis euros e cinquenta cêntimos.
- **Ratificados** os procedimentos tomados referentes à Relação dos compromissos efetuados no período no período de dois a treze de outubro, no valor global de dois mil setecentos e quarenta e cinco euros e setenta e nove cêntimos.
- **Tomado conhecimento** da Relação das Ordens de Pagamento autorizadas por despacho no período de oito a trinta de setembro de dois mil e dezassete:
 - Operações Orçamentais no valor total de quinhentos e oitenta e sete mil cento e sessenta e seis euros e cinquenta e oito cêntimos, correspondentes às autorizações números três mil novecentos e sessenta e dois a quatro mil duzentos e trinta e oito;
 - Operações de Tesouraria no valor total de oito mil quinhentos e quarenta e cinco euros e sessenta e nove cêntimos, correspondentes às autorizações número duzentos e cinquenta e sete.
- **Ratificados** os procedimentos tomados referentes à Relação das Ordens de pagamento autorizados por despacho no período de dois a treze de outubro de dois mil e dezassete:
 - Operações Orçamentais no valor total de trezentos e oitenta mil quinhentos e trinta euros e catorze cêntimos, correspondentes às autorizações números quatro mil duzentos e trinta e nove a quatro mil quatrocentos e quarenta e oito;
 - Operações de Tesouraria no valor total de quarenta e quatro mil novecentos e oitenta e oito e cinquenta e quatro cêntimos, correspondentes às autorizações números duzentos e cinquenta e oito a duzentos e sessenta e nove.

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- **Tomado conhecimento** da Relação dos pagamentos efetuados no período de oito a trinta de setembro de dois mil e dezassete - Documento referência onze mil seiscentos e oitenta e quatro/dois mil e dezassete, processo referência 2017/300.50.400/111:

- Operações Orçamentais no valor total de novecentos e vinte e sete mil duzentos e trinta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos;

- Operações de Tesouraria no valor total de quarenta e oito mil duzentos e oitenta e cinco euros e dezanove cêntimos.

- **Ratificados** os procedimentos tomados referentes à Relação dos pagamentos efetuados no período de dois a treze de setembro de dois mil e dezassete:

- Operações Orçamentais no valor total de quarenta e um mil quinhentos e dois euros e treze cêntimos;

- Operações de Tesouraria no valor total de oito mil quinhentos e quarenta e cinco euros e sessenta e nove cêntimos.

- **Ratificadas** as correções efetuadas à planta de ocupação dos espaços de venda na feira semanal de Alcanena, anexa ao programa de procedimento e procedimentos adotados em consequência da incompatibilidade detetada na Planta, referentes ao Procedimento para atribuição, por sorteio ordinário, do direito de ocupação dos espaços de venda na feira semanal de Alcanena: ato público de sorteio de trinta de agosto de dois mil e dezassete.

E, para constar, se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

A Presidente da Câmara

(Fernanda Maria Pereira Asseiceira)

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autografa¹

¹ Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.